

### Editorial # 3

Prezados leitores, bem-vindos à terceira edição da *Revista Campo Minado: estudos acadêmicos em Segurança Pública*.

No contexto brasileiro, podemos afirmar que a problemática da Segurança Pública, há muito, se configura em articulação com os efeitos práticos da criminalização e da perseguição policial a determinados usos e mercados de substâncias de caráter psicoativo ou estimulantes. Assim, se configura o que se convencionou chamar, no senso comum, de “problema das drogas”. Por meio da Lei 11.343, de 2006, bem como nas legislações antecessoras, que remontam há muitas décadas, consumos e estilos de vida entram no rol das questões policiais. Assim aconteceu com a maconha, de usos tradicionais em grande parte do Brasil desde os tempos coloniais, e também com a cocaína, que aparece com destaque e glamour, por exemplo, na obra de célebres poetas como Manuel Bandeira (1886-1968).

Sem querer entrar na seara do juridiquês, cumpre, porém, salientar aqui, que a chamada Lei de Drogas é o que se pode chamar de uma *Lei penal em branco*, ou seja, depende de definição de natureza exógena ao direito penal. Afinal, é o campo da Saúde Pública, por meio de mecanismos institucionais e governamentais, a exemplo da Agência de Vigilância Sanitária (ANVISA), que tem o atributo de produzir e atualizar a lista de substâncias postas na ilegalidade, cravando assim o que pode e o que não pode ser consumido. Não é o policial, ou o delegado, tão pouco o juiz ou o carcereiro, quem tem o condão de estabelecer legalmente o que pode ou não pode ser consumido. Contudo, grande parte do trabalho de todos estes atores (cada um à sua maneira) passa pelo emprego de práticas repressivas e punitivas ao que se convencionou chamar de “tráfico”.

Como abstração do senso comum, da crônica jornalística, do jargão dos batalhões, a noção de “tráfico”, é a representação do mal a ser combatido, ideário que se alimenta dos efeitos da forma como, no Rio de Janeiro, por exemplo, se configura a regulação clandestina dos mercados de substâncias postas na ilicitude por listas e pareceres técnicos emitidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Para além de considerações técnicas e legais, temos ainda os imperativos morais e econômicos, complexificando os quadros de análise. Nos últimos anos, o ativismo antiproibicionista foi fortalecido por coletivos de pacientes de terapias à base de maconha, seus familiares

e médicos, lutando pelo acesso popular ao remédio. Tal militância ganhou relevo nas esferas públicas e vitórias no Judiciário. E a luta no Legislativo continua. Este tema da “maconha medicinal”, por assim dizer, foi representado com artigos publicados nas duas edições anteriores de Campo Minado.

É por tudo isso que trazemos, na Campo Minado #3, um dossiê temático intitulado “Políticas de Drogas e Segurança Pública: testando causas e efeitos”. Na apresentação do dossiê, os leitores encontrarão descrições introdutórias aos textos que compõem esta coletânea. Com muita simplicidade, pensamos que é preciso que se escreva mais, que se leia e estude mais, em uma perspectiva multidisciplinar, sobre alegadas relações de causalidade, nem sempre muito bem testadas. Esperamos francamente ter conseguido contribuir de forma satisfatória para um debate mais do que necessário.

Também por isso, na seção de tradução, voltamos a tematizar o tema da redescoberta das terapias feitas à base de *Cannabis sativa* L. (maconha), por meio do artigo do antropólogo colombiano Andrés Góngora. Se nas edições anteriores, publicamos duas monografias do Bacharelado em Segurança Pública da UFF por número, nesta viemos com três. Em uma delas, Nathalia Gomes da Costa coloca sob descrição alguns aspectos no campo político da busca por reforma na maneira como se regula a maconha no Brasil, isso em razão da verdade científica segundo a qual esta planta, como vários compostos que encontramos à venda nas prateleiras das farmácias, além de droga, também é remédio.

Trazemos também neste número uma entrevista intitulada: “*O correto, adequado ou justo: Administração de conflitos e moral para o olhar antropológico*” com o eminente antropólogo Luís Roberto Cardoso de Oliveira. Neste registro de conversa, o professor Luís Roberto fala conosco sobre como a produção do conhecimento – e mesmo de tecnologias sociais – no campo da Segurança Pública podem se nutrir da interlocução com os estudos de caráter antropológico e das Ciências Sociais. Republicamos ainda um artigo do Professor Luís Roberto, que havia sido publicado no ano de 2018, na *Revista Antropolítica*, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFF, adensando assim a sua participação neste número, o que tanto nos honra.

Por último, desejamos explicitar que esta terceira edição é um passo mais no propósito de construção de esta revista, cujo escopo visa criar um espaço comum de reflexão nos mais diversos temas da segurança pública, porém, a partir, de múltiplos

lugares que dialogam em forma de redes. Poderíamos inclusive, sintetizar essa forma de edição, no sufixo “inter”, com isto nos referimos primeiro à *interdisciplinaridade*, visto que a Campo Minado é editada por profissionais das mais diversas áreas e acolhe contribuições de diferentes perspectivas, tais como ciências sociais, letras, psicologia, em diálogo sobre a segurança pública. Segundo, a *interinstitucionalidade*, esta revista é editada por bolsistas do Cederj, consórcio que tenta ofertar cursos de todas as universidades públicas do Rio de Janeiro, em formato semi-presencial. Ademais, nesta edição contamos com a colaboração voluntária de alunos da graduação de Letras da Ufrj e da Uerj, que se vincularam a nosso projeto na Uff, como revisores da norma culta. Terceiro, a perspectiva da *internacionalização*, em outras edições contamos com a contribuição de pesquisadores como Maria Pita, da Argentina, e George E. Bisharat dos Estados Unidos, e nesta edição como já foi mencionado de Andres Gongora da Colômbia, todos estes autores têm realizado seu aporte, a partir das traduções ao português, no entanto isto é prelúdio do próximo número, onde encontraremos um dossiê voltado para discussões sobre América Latina.

Esperamos que nosso público leitor continue nos lisonjeando com seu interesse. De nossa parte, sempre nos esforçaremos para trazer um material que discuta Segurança Pública de maneira crítica e cuidadosa, como não poderia deixar de ser.